

PETROPOLITANAS



Ana Carolina Kapler Ferreira reassumiu o cargo

Secretária de Educação exonerada às vésperas de audiência

A secretária de Educação de Petrópolis, Poliana Santos Ferrarez Oliveira, foi exonerada do cargo pelo prefeito Hingo Hammes nesta terça-feira (18), com efeitos a partir desta quarta-feira (19). A exoneração ocorre justamente no dia em que estava marcada uma audiência especial na 4ª Vara Cível de Petrópolis, na qual a então secretária tinha presença determinada pela Justiça. A audiência, marcada para as 13h30 desta quarta-feira, trata de uma ação do Ministério Público contra o município envolvendo possíveis irregularidades na contratação e nos pagamentos de serviços terceirizados destinados à rede municipal de educação. Na decisão que redesignou a audiência, a Justiça manteve a participação compulsória de Poliana Ferrarez, ao lado do prefeito Hingo Hammes, do secretário de Fazenda, Juarez dos Reis Borges, e de representante da empresa Capital Ambiental.

A decisão sobre o caso

A decisão original aponta que o processo envolve pagamentos à Capital Ambiental após o encerramento do vínculo contratual, em novembro de 2025, sem prorrogação formal ou nova licitação concluída. O juízo considerou que a situação exigia “redobrada prudência” diante do risco de descontinuidade de um serviço público essencial e havia determinado inicialmente audiência para 22 de julho, posteriormente remarcada para 19 de agosto. Em resposta ao Correio, a Prefeitura informou que Ana Carolina Kapler Ferreira reassumiu a secretaria.



Ação é do Ministério Público contra o município

Outros temas em debate

A “nova” secretária terá outros desafios pela frente. Entre eles, garantir para o ano de 2027, uniformes e materiais escolares para os estudantes da Rede Pública de Ensino. Isso porque, em maio deste ano, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) negou os recursos apresentados pela Prefeitura de Petrópolis contra a decisão que obriga o fornecimento de uniformes escolares a cerca de 39 mil alunos da rede municipal. Sendo que esse não foi o primeiro recurso apresetado pelo município.

Oficina para produtores culturais

A Prefeitura promove nesta sexta (21), às 15h, um tutorial presencial para orientar artistas, produtores e demais agentes culturais da cidade sobre a inscrição de projetos nos editais da plataforma Cultiva. A atividade gratuita acontece no Teatro Afonso Arinos, no Centro de Cultura Raul de Leoni. Durante a oficina, os participantes poderão tirar dúvidas diretamente e entender melhor os procedimentos necessários para a inscrição dos projetos.

Audiência cancelada

A Câmara cancelou a audiência pública que discutiria o tema “Direitos Humanos e Direito à Memória”. O encontro estava marcado para esta quarta (19). O cancelamento foi comunicado pelo presidente da Câmara, vereador Júnior Coruja, e pela presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, vereadora Professora Livia.

Regime híbrido

A Câmara Municipal de Petrópolis realizará as sessões legislativas em regime híbrido entre 18 de agosto e 18 de dezembro de 2026. A medida foi adotada devido à continuidade das obras, reformas e outras intervenções nas dependências da Casa Legislativa. A modalidade híbrida tem caráter temporário e excepcional durante o período das intervenções.

Regras para sessão

A participação remota deverá permitir a identificação do vereador, comunicação audiovisual em tempo real, acompanhamento dos trabalhos, uso da palavra, registro de presença e participação nas votações. A portaria também determina que o regime não prejudique as atividades parlamentares, como a discussão e votação das matérias.

Instalação de câmeras

A Prefeitura iniciou nesta quarta-feira (19/8) a instalação das câmeras da nova Central de Monitoramento da cidade. O serviço teve início no Quitandinha, onde os equipamentos foram colocados em três pontos: na Ponte Fones, na Coronel Veiga (altura do nº 1.276) e na entrada do Gulf. Cada local recebeu duas câmeras fixas.

Número de equipamentos

No total, Petrópolis vai contar com 127 câmeras, que ficarão em 67 pontos espalhados em todos os distritos, cobrindo acessos da cidade, áreas com histórico de alagamento, locais de grande circulação de pessoas e equipamentos públicos. Algumas das câmeras contam com tecnologia para leitura de placas de veículos e reconhecimento facial.

Índice insuficiente

Conforme apresentado pelo Correio, o número é inferior ao apontado como necessário pelo próprio setor técnico da Prefeitura. Em ação civil pública que cobra a retomada do videomonitoramento, o MPRJ afirma que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado para a contratação definitiva concluiu que Petrópolis necessita de 211 câmeras.



Defesa pede prazo de três dias para apresentar procuração atualizada

Candidata a deputada pelo PSB retifica valor de bem declarado

Cláudia Carvalho Respeita da Mota informou que dados estavam incorretos

Por **Richard Stoltzenburg**

A candidata a deputada estadual Cláudia Carvalho Respeita da Mota (PSB) solicitou à Justiça Eleitoral a retificação de informações apresentadas no registro de candidatura para as eleições de 2026. Entre as alterações estão a escolaridade e o valor de um imóvel declarado à Justiça Eleitoral.

De acordo com a manifestação apresentada ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o registro havia informado inicialmente que a candidata tinha ensino superior incompleto. Com a correção, deverá constar ensino superior completo.

Também foi solicitada a alteração do valor de uma casa residencial declarada no registro. O documento informa que o valor apresentado inicialmente foi de R\$ 35.329.455,00, enquanto o valor considerado correto seria R\$ 353.294,55.

Segundo a defesa, as mudanças têm caráter exclusivamente retificador e não alteram a candidatura, o partido, o cargo ou o número pelo qual a candidata concorrerá. Cláudia disputará uma vaga de deputada

estadual pelo PSB, com o número 40011.

TRAMITAÇÃO

A solicitação ocorre enquanto o processo de registro ainda está em tramitação. A defesa argumenta que a atualização é necessária para evitar divergências entre os documentos partidários, o Requerimento de Registro de Candidatura e os sistemas da Justiça Eleitoral, incluindo os dados que serão utilizados na urna eletrônica.

No pedido, a defesa requer que as informações sejam atualizadas no Sistema de Candidaturas (CAND) e nos demais sistemas eleitorais. Também solicita prazo de três dias para apresentar uma procuração atualizada.

A manifestação foi protocolada em 10 de agosto de 2026, em Resende, pelo advogado Ricardo Jorge S. Júnior, inscrito na OAB/RJ sob o nº 189.759.

De acordo com certidão emitida em 18 de agosto de 2026, pelo servidor Guilherme Cavalcante de Souza Dias, transcorreu o prazo de cinco dias previsto no artigo 34, § 1º, incisos II e III, da Resolução TSE nº 23.609/2019, sem a apresentação de impugnação ou notícia de inelegibilidade relacionada ao pedido.